

## Do claustro ao século: o Canto e a Escrita no mosteiro de S. Bento de Cástris, Évora

Maria Antónia Conde\*

○ A permanência da Corte em Évora por largas temporadas<sup>1</sup> teve clara influência no devir cultural da cidade. Com a presença da Corte, as estruturas governativas, administrativas e judiciais centralizavam-se em Évora, dinamizando a vida na cidade. Disso são exemplo os relatos de Garcia de Resende a propósito da actividade de D. João II na cidade; assim, se em 1422, pela importância política e económica da cidade, D. João I instituíra a Casa dos Vinte e Quatro, com D. João II a lista das profissões mecânicas, dos braceiros e serviços eborenses era muito superior; a cidade revigorou-se com as suas estadas prolongadas e de seu pai, D. Afonso V.

A arte e a cultura acabam por espelhar também o cosmopolitismo vivido na cidade; a arquitectura, a pintura, a escultura, bem como a música e a literatura, foram das áreas artísticas que conheceram maior expressão.

No que respeita à música, a toponímia da cidade ainda hoje testemunha a presença das travessas do Charamela e do Trombeiro, por exemplo. A música animava as entradas régias, as visitas de personagens importantes à cidade, e outros momentos solenes, particularmente religiosos. Neste contexto, devemos aludir ao surgir da Escola Polifónica da Sé de Évora, protegida particularmente pelo infante D. Afonso, filho de D. Manuel. Em 1537, a Sé contava com 14 chantres, e, em meados do século XVI, existia já na Sé uma escola para jovens do Coro e outra para jovens músicos, com idades entre os 10 e os 20 anos, marcando muitos deles o panorama musical da época. O primeiro dos mestres da Crasta e da Capela da Sé foi Mateus Aranda, entre 1535 e 1544.

\* CIDEHUS / Universidade de Évora.

<sup>1</sup> Biblioteca Pública de Évora, Cartas Geográficas Modernas, Gav. 7, n.º 49, doc. 17. Neste documento, assinado com as iniciais A.F.B. (António Francisco Barata ?), de 1899, dedicado ao rei D. Carlos, é feita uma descrição da deslocação dos monarcas à cidade, desde os primeiros tempos da monarquia até finais do século XIX. Porém, temos que considerar que, por exemplo, D. João I não é citado nas deslocações régias a Évora, da mesma forma que monarcas como D. Afonso V, D. João II ou D. Sebastião estiveram na cidade mais de uma vez, e não apenas uma como cita o documento. O dado mais interessante acaba por ser a indicação das residências. Assim, Afonso Henriques, em 1167, D. Sancho I, em 1180 e D. Afonso III, em 1262, vieram à cidade e ter-se-ão estabelecido nos Paços da Freiria: D. Dinis, em 1297, D. Afonso IV, em 1340, D. Fernando, em 1382, terão ficado nos Paços da Praça (os Estáus). D. Afonso V, em 1455, terá ficado já no Paço a par de S. Francisco, bem como D. João II, em 1490, que terá também ficado algum tempo na residência dos Condes de Olivença. D. Manuel, em 1508, D. João III, em 1531, e D. Sebastião, em 1569, terão ficado no paço a par S. Francisco, tendo o último destes reis ficado também no Palácio dos Condes de Basto. Entre 1575 e 1578, o cardeal-rei D. Henrique estabeleceu-se em Évora, no paço arquiépiscopal. Filipe I, em 1583, preferiu o paço a par S. Francisco e Filipe II, em 1619, o convento da Cartuxa. D. João IV, em 1643, estabeleceu-se novamente no paço a par S. Francisco, e D. João V, em 1729, D. Miguel, em 1834, D. Maria II, em 1843 e D. Pedro V, em 1860, escolheram o paço arquiépiscopal; D. Luiz, em 1889, e o monarca a quem o documento é dedicado, D. Carlos, em Maio de 1899, ficaram no Palácio da Casa Barahona.

Durante todo o século XVI surgem ainda organistas célebres (Francisco de Meneses, Francisco Bulhão, Calisto Lopes, entre outros), a que se juntava um grande número de tangedores e cantores de cátedras<sup>2</sup>.

Desde que elevada a metropolitana, em 1540, a Sé de Évora conheceu, aliás, um afamado corpo de chantres, e que enobreceram, na Évora moderna, as relações do claustro catedralício com o século. Nestes termos, a figura de Manuel Severim de Faria (1583-1655) não deve ser esquecida. Nascido na década de 80 do século XVI, obteve o chantrado na Sé de Évora em 1609, por renúncia a seu favor de seu tio, Baltasar de Faria Severim, após se ter graduado em Filosofia e Teologia na Universidade de Évora. A assistência no coro da Sé não o privaria das suas ambições literárias e científicas, interessando-se por domínios tão diversos como a Sagrada Escritura, a Teologia, a Mística, a História Eclesiástica, a Geografia, a Política, Antiguidades romanas e portuguesas. Viria a juntar uma notável livraria, tanto em quantidade como em qualidade,

*(...) pois além de alguns Manuscritos a que a variedade dos Exemplares fazia preciosos, se achavam na sua livraria muitos escriptos em papiro do Egypto, outros em folhas de Palmas, com pennas de ferro a que chamão stilo, e entre elles as obras de Frei Luís de Granada, traduzidas na Língua do Japão, e nesta mesma língua outras mais obras. (...)*<sup>3</sup>.

Palco de grandes eventos sociais, como o casamento do príncipe herdeiro D. Afonso, filho de D. João II, com D. Isabel, princesa de Castela, a cidade recebeu também a visita de personalidades importantes, como o cardeal legado Alexandrino, e, muito particularmente, da primeira embaixada japonesa à Europa<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Baiana Ferreira, que veio a ser mestre de capela em Coimbra, João Contreiras, tangedor de charamela e baixão, os Golete, tangedores de charamelas e sacabuxas, Francisco Gomes, tangedor de contrabaixo. Cf. José Augusto Alegria, «A Música em Évora no século XVI (tentativa de esboço histórico)», *A Cidade de Évora*, Évora, Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora, n.º 6, Março 1944, pp. 25-43; n.ºs 7-8, Junho-Setembro 1944, pp. 118-132; *Idem*, *Biblioteca Pública de Évora – Catálogo dos Fundos Musicais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.

<sup>3</sup> Biblioteca Pública de Évora, Fundo Manizola, Cód. 108, Fls. 16-19.

<sup>4</sup> Esta realizou-se em 1584-85; a chegada a Lisboa foi em Agosto de 1584, cerca de dois anos e meio após ter saído do Japão, onde regressou em 1586, após visita ao Papa. O Arcebispo D. Teotónio de Bragança foi o principal responsável pela etiqueta e cerimonial destas embaixadas; se havia da sua parte uma grande preocupação em mostrar a vivência cristã da cidade, visitando com os embaixadores mosteiros e igrejas, não descurava o estômago, procurando oferecer uma dieta variada, rica sobretudo em peixe (salmonetes e linguado), bem como em doces. Já com D. Afonso V, em 1466, encontrando-se a Corte em Évora, fora recebido o então rei da Boémia e o seu séquito de 40 pessoas. A sensação dos visitantes terá sido de espanto, a par de queixas acerca do calor tórrido e asfíxiante; de facto, relatava-se uma fauna exótica (lagartos alados, lacraus gigantes) espantando-se ainda os nórdicos com a coloração da pele dos habitantes da cidade, devido à existência de numerosos indivíduos de cor, mouriscos e escravos africanos; uma cidade cosmopolita, testemunha da expansão e dos novos mundos. Também a qualidade do vinho era já apreciada, bem como a abundância do trigo, salientando apenas os visitantes a existência de dois palácios distintos, não tendo sequer castelo. Com D. João II, em 1494, Évora recebeu Jerónimo Monetário, alemão doutorado em medicina, e que se deslocara à Península para contactar com o meio médico peninsular, acompanhado de três compatriotas comerciantes, sempre atentos à actividade comercial do monarca (relações com a Guiné e com o Norte de África, sendo descritos os produtos recebidos e os cedidos), e aos animais exóticos, como cobras gigantes e camelos. Nesta visita, vários monumentos são referidos, mercê naturalmente do crescimento da cidade em cerca de 30 anos.

A partir da década de 40 do século XVI assistimos também ao estabelecimento de sete impressores e de quinze livreiros em Évora, daí a existência de um importante espólio constituído pelos livros impressos na cidade, não só nas oficinas particulares mais conhecidas, como as dos Burgos, como também da imprensa da Universidade. De facto, a fundação da Universidade e a fixação de mestres de diferentes áreas, atraindo estudantes, tornar-se-ia um símbolo da cidade de Quinhentos<sup>5</sup>. Em 1521 Jacob Cromberguer exercia já a actividade da impressão, tendo imprimido os livros 1.º e 4.º das *Ordenações Manuelinas*, estando a Corte em Évora. André de Burgos exerceu actividade entre 1553 e 1578<sup>6</sup>, sendo na parte final da vida já acompanhado por seu filho, Martim de Burgos (1573-1593<sup>7</sup>); em 1583 a oficina de André de Burgos mantinha-se ainda activa, através da sua esposa, ano em que se imprimiu o *Tratado que escreveu la madre Teresa de Jesus*. Um outro Burgos, agora Cristóvão, também esteve ligado à arte da impressão a partir de 1582.

Manuel de Lyra começou a imprimir por morte de Martim de Burgos, ou mesmo conjuntamente, podendo a sua actividade situar-se entre 1593/98 (esta última data segundo o documento da Biblioteca Nacional) e 1609. Em 1572 terá ainda existido, ligada à Universidade, a *Typographia Académica* e, em 1565, algumas obras terão saído do prelo de Francisco Correia<sup>8</sup>. Assim, no século XVI e no primeiro decénio do século seguinte Évora contou com oito oficinas de impressão, sendo porém esparsa a actividade simultânea.

No século XVII, notamos a actividade impressora de Francisco Simões, entre 1612 e 1621, que foi também impressor em Coimbra; de Lourenço Craesbeeck, entre 1620 e 1625, que já teria oficina própria em Évora no tempo de Francisco Simões<sup>9</sup>; de Manuel de Carvalho, entre 1623 e 1635 (1624-36, para o documento da Biblioteca Nacional), que, além de ter tido actividade também em Coimbra, já tinha oficina ao tempo de Craesbeeck. Manuel de Carvalho, em 1635, terá ido a Vila Viçosa, aos paços ducais, para imprimir os *Desmaios de Maio*, de D. F. de Figueiredo. Também terá tido oficina em Évora Jorge Rodrigues, entre 1617 e 1628<sup>10</sup>. Ainda no século XVII, temos a actividade de Francisco Nunes que, em 1687, imprimiu *A Ciência do Bem*, do P. Manuel Luiz. Esta terá sido a única obra que saiu dos seus prelos, e tendo actividade coeva apenas a oficina da Universidade, é provável que fosse tipógrafo ou mestre dela.

---

em relação a uma sua anterior visita, não apenas em espaço, mas também em qualidade dos bens edificados.

<sup>5</sup> Ainda no que toca à imprensa, a explicitação pode ser mais clara, tendo em consideração um quadro da imprensa estabelecida em Évora, elaborado por D. Bruno da Silva, para comemorar a visita à cidade dos monarcas em Maio de 1889 (Biblioteca Pública de Évora, Pasta Cartas Geográficas Modernas, Gav. 7, n.º 49, doc. 16).

<sup>6</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Cx. 202, Docs. 5 a 8, *Bibliografia Eborense dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX* (org. Gabriel Pereira). Segundo esta documentação, André de Burgos terá exercido actividade até 1589.

<sup>7</sup> Também aqui a data será mais prolongada: até 1597. Biblioteca Nacional de Lisboa., Cx. 202, Docs. 5 a 8.

<sup>8</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Cx. 202, Docs. 5 a 8, *Bibliografia Eborense dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX* (org. Gabriel Pereira).

<sup>9</sup> Este impressor não é citado no documento que vimos referenciando da Biblioteca Nacional.

<sup>10</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa., Cx. 202, Docs. 5 a 8, *Bibliografia Eborense dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX* (org. Gabriel Pereira).

Uma palavra ainda precisamente para a oficina da Universidade, que esteve em actividade durante cerca de 115 anos (ou 200, se considerarmos a Tipografia Académica). De facto, terá sido activa entre 1658 e 1773<sup>11</sup>. Esta última data coloca-nos a questão da extinção dos Jesuítas, que ocorreu a 19 de Janeiro de 1759, altura em que foram mandados vender os seus bens e utensílios; porém, a oficina manteve-se mais tempo, provavelmente para concluir uma obra que tinha no prelo, o *Tractatus de Testamentis*, do P. Francisco Pinheiro, imprimindo ainda em 1773 a obra de João Rosado de Villalobos, *Arte de Rethorica para uso da mocidade lusitana, escripta com juiso critico*<sup>12</sup>.

As instituições monásticas da cidade não podem ser desligadas de toda esta actividade, devendo também ser entendidas no contexto da região. Para o período moderno, temos algumas descrições que nos ajudam a compreender a dimensão do Arcebispado eborense, algumas delas da iniciativa do próprio Arcebispo. Uma dessas descrições, de iniciativa da própria estrutura eclesiástica, é contemporânea do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, em finais do século XVI. Na altura, o Arcebispado, geograficamente, apresentava uma dimensão de 40 léguas de comprido e 22 de largura, com duas cidades, Évora e Beja, 68 vilas, além de diversas aldeias e povoaamentos; contaria nesta altura com 49 mosteiros de religiosos e 18 de religiosas, ao lado de 48 casas de Misericórdia e hospitais a elas anexos, fora 13 hospitais principais<sup>13</sup>.

Em 1663, temos um novo relato sobre o estado do Arcebispado de Évora, de natureza similar, e em que os critérios são basicamente os mesmos: são citados todos os mosteiros do Arcebispado, bem como as dimensões do mesmo, em número de cidades, vilas, misericórdias, hospitais, clérigos e comendas. Era na altura Deão D. Fernando de Melo e Bragança, Doutor em Ciências; Chantre, Manuel Severim de Faria, Tesoureiro, Gaspar de Mesquita e Mestre-escola Duarte de Vasconcelos, licenciado em Cânones. No mesmo documento, este relato surge renovado e mais completo, no que toca essencialmente à composição demográfica, nos inícios do segundo quartel do século XVIII, em 1732<sup>14</sup>. Num arcebispado que compreendia 3 cidades, 66 vilas e 265 freguesias, Évora surge com 5 freguesias e o seu termo com 15. Em dados genéricos, estamos perante um Arcebispado com uma população total de 200.652 habitantes, sendo a maior percentagem da

<sup>11</sup> Segundo o documento da Biblioteca Nacional, esta oficina é apenas referenciada em 1759, precisamente o ano de extinção dos Jesuítas.

<sup>12</sup> Pensamos ser esta também uma boa ocasião para sublinhar, de acordo com o documento a que nos reportamos, do espólio da Biblioteca Pública de Évora, a existência de maquinaria de imprensa portátil que acompanhava D. Miguel e o seu exército, em 1834. Segundo o documento, nela se imprimiram em Évora as últimas proclamações e artigos da concessão (convenção) de Évoramonte. Entre 1840 e 1880 também o Governo Civil teve imprensa particular; instituída pelo Governo para auxiliar o expediente do Governo Civil e da Fazenda do Governo, foi extinta e entregues os materiais à Casa Pia para servir a escola, tendo depois passado para a posse de um particular. O documento da Biblioteca Nacional chama ainda a atenção para a tipografia de F.C. Bravo, também do século XIX.

<sup>13</sup> Biblioteca Pública de Évora, Cód. CIX/2-7, Fl. 6. Costa Lobo, na *História da Sociedade Portuguesa do século XV* considerara que, por esta altura, a cidade teria 4500 fogos (o significaria cerca de 18.000 habitantes 780 no seu termo). Só a população escrava negra rondaria as 3500 almas. Por alturas do primeiro Censo Geral da população, em 1527, Évora teria apenas 2813 fogos (11.252 habitantes).

<sup>14</sup> Arquivo do Cabido da Sé de Évora, C.E.C., 5-VII, intitulado *Benefícios e comendas do Arcebispado de Évora, por mandado dos senhores Deão e Cabido, Sé vacante, Novembro de 1663*.

população do sexo masculino, entre os 25 e os 50 anos, segundo o documento<sup>15</sup>.

Seis anos depois, em 1738, o Padre João Baptista de Castro, considerando embora os limites da província do Alentejo, escrevia que a mesma

(...) se dilata desde a Vila de Sines até Montalvão com quarenta léguas de comprido e trinta de largo. Tem oito comarcas, Évora, Beja, Campo de Ourique, Vila Viçosa, Elvas, Portalegre, Crato, Avis. Cidades quatro, Évora, Elvas, Beja e Portalegre. Villas cento e uma. Freguesias duzentas e cinquenta e seis. Fontes medicinais quarenta. He província fatal, porque os seus campos já servirão de theatro a grandes e gloriosas acções dos Portugueses (...)<sup>16</sup>.

D. Juan Alvarez de Almenar<sup>17</sup>, numa extensa obra publicada em 1741, dedicada à Península Ibérica a partir de uma visita realizada no primeiro quartel do século XVIII, introduziu Évora na descrição. Após uma resenha sobre o passado histórico da cidade, o burgo é descrito, à época, como localizado no coração da província, tendo bons terrenos, algumas elevações e minas de prata. A cidade, fortificada com 13 bastiões, defendida por uma cidadela, teria cerca de 5000 burgueses capazes de trazer armas. No que respeita ao monaquismo, particularmente o feminino, são citadas abadias muito ricas, destacando o Autor, em Espanha, Guadalupe e Las Huelgas, e, em Portugal, Odivelas, não se referindo, neste aspecto, à cidade de Évora.

<sup>15</sup> Os números apresentados, para todo o Arcebispado, são os seguintes: velhos de mais de 50 anos, 17.635; mulheres no mesmo escalão etário, 16.452; homens entre 25 e 50 anos, 38.424, e mulheres 34.987; moços entre 15 e 25 anos, 18.417, e moças 17.749; rapazes até aos 15 anos, 30.020, e raparigas 26.968. Temos um total de 200.652 habitantes, para 51.891 fogos, o que nos dá uma média de 3,8 habitantes por fogo. Beja apresentava menos uma freguesia urbana que Évora, portanto 4, e mais 5 no seu termo, totalizando 20. Para compreendermos a dimensão do Arcebispado, estas são as vilas nomeadas: Évora, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Sousel, Cano, Figueira, Ervedal, Benavila, Galveias, Avis, Cabeção, Mora, Coruche, Benavente, Cabrela, Montemor-o-Novo, Lavre, Águias, Pavia, Vimieiro, Arraiolos, Redondo, Terena, Monsaraz, Mourão, Moura, Serpa, Ficalho, Mértola, Ferreira, Farinho, Aljustrel, Messejana, Panóias, Casével, Gravão, Ourique, Almodôvar, Padrões, Castro Verde, Entradas, Santiago do Cacém, Milfontes, Cólós, Odemira, Alvalade, Beringel, Portel, Vidigueira, Vila de Frades, Vila Alva, Vila Ruiva, Albergaria, Alvito, Água de Peixes, Vila Nova de Baronia, Viana, Aguiar, Ouriola, Alcáçovas, Torrão, Alcácer, Grândola e Sines. Arquivo da Sé de Évora, CEC, 5-VII.

<sup>16</sup> P. João Baptista de Castro, sacerdote lusitano, *Mapa de Portugal em que se dá notícias das províncias, Cidades, Villas e Couzas notáveis em Taboas Topograficas, offerecido ao Sereníssimo Príncipe e S.N. D. José, Lisboa Ocidental, 1738*. Lembremos que nas *Memórias Paroquiais de 1758*, Évora surge citada com uma população de 4000 vizinhos (quando, em tempos da presença da Corte somara entre 10 a 14.000); do seu termo constavam pelo menos 900 herdades, fora as dos subúrbios, com 5.500 capelas e morgados, compreendidas em 15 freguesias; seriam 5 as freguesias existentes intra-muros. Cf. Maria Ludovina B. Grilo, «O concelho de Évora nas Memórias Paroquiais», *A Cidade de Évora*, n.º 1, 2.ª Série, 1994-1995, pp. 89-156.

<sup>17</sup> *Annales d'Espagne et du Portugal*, Amesterdão, chez François L'Honoré & Fils., 1741, 4 Tomos. Apenas no Tomo III, p. 223 começa a descrição de Portugal, apresentando uma descrição das cidades por províncias, bem como alguns mapas (um geral, outros de Coimbra, de Braga, Lisboa, Elvas, Estremoz, Évora, Belém e Setúbal). Évora, na p. 279 deste Tomo é apresentada como cidade muito antiga, possivelmente construída pelos Fenícios e a quem Júlio César deu direito de cidade latina; referência também para as muralhas e aqueduto de Sertório, reparado por D. João III. Cidade muito considerada pelos Godos, terá visto bispado constituído, segundo o Autor, 20 anos após a reconquista cristã, sendo o Papa Paulo III, a pedido de D. João III, a elevá-la à categoria de metrópole; segundo o Autor, o seu primeiro Arcebispo tinha sido o irmão do monarca, D. Henrique.

Se Évora conheceu desde cedo a presença de comunidades religiosas, a sua profusão acentuou-se a partir de meados do século XV prolongando-se no século seguinte. A primeira comunidade, S. Bento de Cástris, foi uma comunidade feminina, inicialmente estabelecida junto à ermida Vera Cruz (reconhecida pelo Papa desde 1275, tendo início, como recolhimento de cariz familiar cerca de uma centúria antes) e que escolheria como *locus* definitivo a encosta onde se situava a ermida de S. Bento, afastada da urbe. Esta escolha correspondia também ao ideário de afastamento do mundo, do *desertum* bernardino, que levaria à atracção e fixação definitiva no lugar como estrutura comunitária inicial das *emparedadas*, muito embora a relação com o burgo tivesse sido constante. Esse afastamento também tinha que ser calculado, e pode colocar-se a interrogação da especial atracção que exerceu a encosta do alto de S. Bento<sup>18</sup> para o estabelecimento de uma comunidade monástica feminina, uma vez que, fora do burgo eborense, e com existência sólida, encontramos mais seis comunidades, algumas com existência efémera, ou que acabaram por optar pela instalação dentro do burgo, todas masculinas e de fundação mais tardia (trecentista, com o de Santa Margarida, dos eremitas de S. Paulo, quatrocentista, com o mosteiro jerónimo do Espinheiro, quinhentista com os conventos de Valverde, da ordem capucha da Província da Piedade, da Cartuxa e de Santo António, e seiscentistas, com os conventos dos Remédios, de carmelitas descalços, e com as primitivas instalações do convento de N.ª Sr.ª do Carmo, de carmelitas calçados). Além da mística ligada ao próprio espaço, que já seria, no século XIII, local de romaria, outras condições o tornaram decerto ideal.

A essas comunidades se deve parte do importante espólio documental da Biblioteca Pública de Évora e do Arquivo Distrital, onde salientamos os excelentes fundos propiciados pelos Livros de Coro, testemunha que são da actividade pacífica sobretudo nas comunidades masculinas, como é o caso do Fundo do Espinheiro. Mesmo nas femininas, em especial daquela que temos melhor conhecimento, o mosteiro de monjas bernardas de S. Bento de Cástris, a actividade copista era realizada por um dos padres (normalmente o capelão) que nelas exercia funções litúrgicas, revelando também o fraco domínio da escrita por parte da maioria das monjas.

É neste contexto, atentando em particular nas comunidades de fundação medieval e que souberam subsistir e manter presença na história moderna da cidade que importa falar de S. Bento de Cástris, particularmente da sua relação com o mundo secular, atendendo aos limites impostos pelas hierarquias da Igreja, da *Regra de S. Bento* e da Congregação de Santa Maria de Alcobaça. De facto, o século XVI significa para o mosteiro uma autêntica renovação, cuja força se prolongaria, com alguns períodos de crise, até meados do século XVIII: são as obras da década de 20 do século XVI a mando de D. Manuel, que lhe completam a quadra e as instalações monacais; é a intensa actividade pictórica para o mosteiro, em meados do mesmo século, com a obra de Diogo Contreiras; é a visita do Geral de Claraval, D. Edme de Saulieu, acompanhado de Claude Bronseval, na década de 30, e que desencadeia uma reforma intensa na sua estrutura interna,

<sup>18</sup> No mapa geológico de Évora, com altitudes características compreendidas entre os 230 e os 260 metros, típicas da planície alentejana, o Alto de S. Bento apresenta uma altura de 363 metros, partilhando, com a antiga acrópole romana do burgo eborense, o privilégio, estratégico, de domínio da charneca. De facto, já anteriores presenças humanas haviam preferido o local para sua instalação, e terão sido outros factores, como o acesso à água, que terão levado os romanos a preterirem este alto.

particularmente com o abadeado de D. Violante de Sousa, vinda de Odivelas; são as alterações tridentinas, as *Constituições* do arcebispado de Évora e, finalmente, em 1567, com o aval de D. Sebastião e a Bula de Pio V, a formação da Congregação Autónoma de Alcobaça, sistema segundo a qual a Ordem de Cister em Portugal passou a operar de forma autónoma.

Consideremos a presença do mosteiro não apenas pelos nomes que chegaram até nós, testemunhados pelos cronistas oficiais do reino ou da Ordem – como Joana Peres Ferreirim –, nem pelos relatos místicos de inspiração barroca e apadrinhados quer por historiadores locais quer por cronistas da Congregação – Isabel de Aguiar, Antónia Nunes, Mécia de Távora, Briolanja de Arruda, que entre outras fazem parte das *flores cistercienses do jardim de Portugal*<sup>19</sup> –, mas sim pelas que, documentalmente, provaram deixar obra escrita ou, não menos importante, participaram activamente na vida cultural da comunidade a que pertenciam.

Nesta última vertente, destaca-se a presença de gerações de religiosas ligadas à música. Com efeito, a presença de tangedoras no mosteiro é significativa, oriundas maioritariamente da região de Évora ou seus arredores, e que se detectam com alguma facilidade a partir do montante dos dotes; de facto, o mosteiro ansiava por jovens que perpetuassem a função da música e do canto, facilitando-lhes a entrada na comunidade com montantes dotais muito inferiores aos normais de uma determinada época ou mesmo inexistentes. Tentando homogeneizar a prática do Ofício Divino segundo a Ordem de Cister, os livros ordinários que surgiram no século XVI citavam S. Bernardo, no que respeita à música e ao canto. Nos livros de visita e as leis capitulares e das Juntas da Congregação, encontramos algumas indicações sobre a prática da música e do canto. Em 1667, no que respeita em particular ao canto, foi exigido que não fosse descuidada a aprendizagem do canto chão. Doze anos depois, determinaram os Visitadores que o canto deveria ser da responsabilidade de quem soubesse cantar, mesmo que também tocasse instrumento, obedecendo à Mestra de Capela. Também do mesmo ano a determinação que não se cantasse nos Dormitórios nem na Enfermaria, nem se tocasse viola ou dançasse, a não ser que alguma religiosa doente quisesse ouvir cantar! O canto e a dança estavam também proibidos às moças particulares e da Ordem na varanda junto ao coro, durante as cerimónias litúrgicas das religiosas.

Em Março de 1691, Frei Jerónimo de Saldanha, Abade Geral e Esmoelermor, na sua Visita ao mosteiro, lembrou que a passagem de noviça a professa só era feita após um exame de conhecimentos de reza e cerimónias, mas também de canto chão. Também as Mestras das Noviças deveriam ter especial cuidado na educação das suas pupilas,

---

<sup>19</sup> Na Europa do Antigo Regime, as cenas de penitência, em contexto religioso, facilmente conduziam à teatralização; o/a penitente ganhavam uma dimensão superior, sublimando o corpo: partilhar a dor e sentir a humilhação, era seguir o exemplo de Cristo. Os mosteiros cistercienses foram, também eles, testemunho deste tempo, bastante afastados do ideário bernardino, sobretudo no que se refere aos aspectos decorativos. S. Bernardo reagira ao embelezamento excessivo das igrejas e mosteiros cluniacenses ducentistas, e apostara, justificando-se, num modelo de construções simples, limitadas ao essencial, sem adornos, com uma justificação ascética. Da mesma forma, também o mosteiro de S. Bento de Cástris, de raiz mediévia e de construções iniciais sóbrias, acabaria por ser um dos que, no que ao monaquismo cisterciense feminino respeita, melhor aderiria ao contexto místico de Seiscentos, produzindo das mais belas *flores* (entenda-se religiosas, tanto de véu preto como de véu branco) no *jardim cisterciense nacional*.

proporcionando-lhes somente o cantochão, ensinado por alguém do mosteiro, recolhida ou religiosa. Tal ocasião poderia ainda ser aproveitada para apurar o ensinamento das professoras mais recentes. Para as habilitadas no tocar, se uma aprendizagem mais aturada exigisse mestre exterior ao mosteiro, tal só seria possível com licença escrita do Abade<sup>20</sup>.

A questão do não cumprimento do mosteiro nestas matérias fica demonstrada na Pastoral que frei Bento de Melo, Abade Geral, dirigiu ao mosteiro, por lhe ter constado que as religiosas não cumpriam duas das Leis ditadas pelo Capítulo intermédio desse mesmo ano, sendo uma delas a que proibia o canto de órgão figurado nas Igrejas e Coros. Para este Geral, a repugnância em aceitar as leis não se devia à malícia das religiosas, mas sim à ignorância do seu sexo, pelo que, querendo instruí-las como *Mestre, Pai e Prelado*, frisava a importância do cumprimento das Leis que garantiam a uniformidade da Congregação e impunham a sua obrigatoriedade por parte de quem optava pela clausura. A Pastoral sublinha que a música figurada conduzia a notáveis relaxações nos mosteiros das religiosas, devendo suspender-se, e usar-se só o cantochão grave, pelo que encarregava o Padre Confessor de fazer observar essa determinação e de informar o Abade de quem se esquivasse. Tais determinações, no que respeita à música e ao canto, foram retomadas nos Capítulos de 1729, 1732 e 1735.

Assinalemos, neste contexto, uma particularidade deste mosteiro: ele foi o mosteiro que maior número de livros de Coro legou ao espólio local e nacional, de todos os mosteiros eborenses, masculinos e femininos. Embora nem todos iluminados com o mesmo preciosismo, que encontramos, por exemplo, no fundo pertencente ao mosteiro do Espinheiro, mercê naturalmente da própria exigência de singeleza da Congregação, percorrendo os estudos já efectuados ficamos com a ideia de que não sendo o fundo mais belo, ele é, de facto, o mais extenso. A sua natureza é variada: *Livros de Ofícios e Breviários*<sup>21</sup>, *Livros de Coro, Invitatórios*<sup>22</sup> conforme o uso cisterciense, *Livros de Hinós, Livros de Antífonas*<sup>23</sup>, *Saltérios*<sup>24</sup>, *Leccionários, Martirológios*<sup>25</sup> e *Processionais* cistercienses compõem essa variedade.

<sup>20</sup>«(...) E debayxo da mesma pena não consintirão as Madres Donnas Abbadessas por nenhum pretexto que se cante, ou tanja nas grades ou locutórios, ainda que nelles assistão pessoas nobres, nem ainda sendo de primeira qualidade, e nesta Ley não podera dispensar o Nosso Reverendissimo, nem ainda com o Diffinitorio; outrosy recomendão muito os Padres da Junta as Madres Donas Abbadessas tenham especial cuidado, e as Mestras dos Noviciados de fazerem aprender o canto chão as Noviças, e as Religiosas mudernas que tiverem só quatro annos de habito, deputandolhe Mestras que as ensinem, e hora em que todos os dias se occupem em aprender enquanto não souberem bem; e terão muito cuidado de applicar as que tiverem abelidade para aprender a tocar orgão detriminandolhe Mestra que as ensine pessoa recolhida no Mosteiro, ou Religiosa delle, e sendo necessario aprenderem o canto figurado para melhor pericia do orgão, o aprenderão com pessoas do Mosteiro, e não poderá ser admitido Mestre de fora sem Licença *in scriptis* do Nosso Reverendissimo.» (Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXXI/2-7, Fl. 21)

<sup>21</sup> Nos *Breviários* encontramos as leituras e orações determinadas pela Igreja a serem recitadas diariamente, e por ordem (*laudes* devem ser ditas a seguir às *matinas*, por exemplo) pelas monjas (ou também pelos sacerdotes).

<sup>22</sup> Os *Invitatórios* contêm os Salmos que precedem todo o canto do ofício da noite, *matinas* ou *vigílias*, e de *laudes*.

<sup>23</sup> As antífonas são os versículos principais que se recitam ou cantam; nos *Antifonários* consta a letra e a música das antífonas.



No cumprimento das funções no Coro e nos instrumentos musicais ficaram diversos nomes de religiosas, de véu preto ou branco, ligadas à história do mosteiro, sendo a presença de tangedoras muito significativa. Vejamos algumas referências. Em 1589, Domingas Cordeira (Évora), música e tangedora, recebendo em dote também todos os instrumentos que tocava e livros necessários para cantar; em 1609, Clara de Santo António e Isabel de Jesus, de Lisboa, tangedoras e músicas de baixão, tecla e harpa, e pela mesma altura, Luísa de Oliveira; em 1610, Sebastiana de Gouveia (Lisboa), tangedora de tecla e música; em 1637, Fabiana Faia (Évora), música e tangedora de órgão e baixo; em 1648, D. Joana de Moura e D. Úrsula de Moura (Lisboa), músicas e tangedoras; em 1650, Isabel do Espírito Santo (Évora), cantora e tangedora de harpa, que entrou para o mosteiro também com funções de ensinar as demais e que tinha um irmão que era beneficiado curado na paróquia de S. Mamede e Mestre de Capela na Sé de Évora; em 1651, Mariana da Silva (Setúbal), cantora, e a quem o seu irmão ensinaria a tocar órgão, estando ela já na comunidade; em 1660, Juliana do Sacramento (Évora), cantora e tangedora de vários instrumentos, ficando o seu pai, mestre de música, encarregado de ensinar outras religiosas que quisessem aprender; nesse mesmo ano (1660), Isabel Moreira e Maria Moreira (Évora), tangedoras de órgão e viola d'arco; em 1673, Catarina Madalena (de Gama, zona da Guarda), cantora; em 1674, Maria do Sacramento (Arraiolos), harpista, e, em 1678, Isabel Cecília de S. Bernardo, sua irmã, organista. Na mesma altura entrou também para o mosteiro Juliana da Anunciação, com funções ligadas à música e ao canto; em 1703, Maria Jerónima da Mata (Évora), organista, D. Isabel Cândida Maria Corte Real, também de Évora; em 1792, Felizarda de Mira (Évora), cantora e organista. Esta monja, em 1825, era cantora-mor no mosteiro, e, um ano depois, Mestra de Noviças.

Temos, pois, um total de vinte religiosas que, através da música ou do canto, participavam no ofício divino. Às cantoras competia, a partir do sítio especial que ocupavam no Coro, iniciar as *antífonas* e os *salmos*. Mas como chegavam ao século? Não esqueçamos a particular arquitectura das igrejas femininas cistercienses, e das igrejas de monjas em geral: uma porta lateral abria-se à comunidade secular que pretendesse assistir à missa, servindo também, em muitos casos, como acesso do capelão à zona do altar, não quebrando assim a clausura. A parte da nave ocupada pela comunidade exterior correspondia sensivelmente a metade da área da igreja. As grelhas dos Coros, o alto e o baixo, reforçadas ainda por cortinas, além da sua própria posição estratégica, impediam o contacto visual com os crentes, mas não a audição oferecida pela comunidade religiosa.

A formação das noviças na comunidade tinha importância fulcral, daí que um dos ofícios de maior responsabilidade na comunidade monástica era o de Mestra das noviças, tratando essencialmente de receber jovens que ignoravam até a essência da sua opção de vida. Na vida religiosa das comunidades contemplativas, como S. Bento de Cástris, o desapego das coisas do mundo significava oração, recolhimento, mortificação, penitência, modéstia, obediência, necessitando para isso de instrução. A decisão acerca das leituras a serem feitas era de extrema importância, podendo distinguir-

<sup>24</sup> Sendo os *Saltérios* antigos instrumentos de cordas, lembrando cítaras, no contexto exposto os *Saltérios* são os livros litúrgicos que contêm os Salmos.

<sup>25</sup> Os *Martirólogos*, como o próprio nome indicia, são livros que contêm róis ou catálogos de mártires, historiando o martírio de cada um.

se entre os livros que tendiam a instruí-las nos princípios cristãos (com temáticas próximas a *Guias de Pecadores*, livros de piedade de Santo Agostinho e de S. Bernardo), que deveriam ser os iniciais, e os que se propunham instruí-las na vida religiosa (como as *Meditações de Santa Teresa*). Além disso, ler com atenção e convicção era fundamental, numa altura em que cada vez mais se distinguiu entre a oração mental e a oração vocal. À Mestra cabia ainda a difícil função da punição, concluindo-se normalmente que a repreensão, num espírito de doçura interior, seria a melhor correcção.

No que respeita à produção escrita, a sua expressão no mundo monástico feminino é bem mais importante que o canto, porque rara. Assim, contextualizar a obra de uma religiosa no período moderno implica não só considerá-la na região, como dimensioná-la no país. São raros os conhecimentos acerca da produção literária feminina no período moderno em Portugal; particularmente para a leitura e para a escrita, a posição social ocupada era a principal determinante.

Porém, da leitura à produção escrita continua a haver uma grande distância, e o claustro acaba por se tornar cada vez mais um espaço de libertação, neste domínio, em relação ao mundo secular. Sem estarem sujeitas a tarefas domésticas, fazendo parte de uma comunidade internamente hierarquizada que libertava as religiosas do trabalho físico, assegurado pelas conversas ou pelas moças particulares ou da Ordem, num contexto contra-reformista, em que a escrita pode, além das descrições simples do espaço envolvente ou dos relatos místicos das fundadoras<sup>26</sup>, ser por excelência um meio de contacto com o Divino Esposo, a inspiração liberta-se e traduz-se nas palavras, que acabam por chegar ao mundo secular através da obra impressa.

Para a região de Évora temos alguns exemplos<sup>27</sup>. Entre as monjas que viram a sua obra publicada, ou pelo menos parte dela, temos em 1688, Soror Cecília do Espírito Santo, professa no convento das Chagas de Vila Viçosa; em 1758, do Convento de Santa Cruz, também de Vila Viçosa, Soror Tomásia Caetana de Santa Maria.

Porém, já na primeira metade do século XVII a região de Évora esteve representada na literatura monástica feminina impressa. Já na primeira metade do século XVII, o mosteiro cisterciense de Évora esteve representado na literatura monástica feminina impressa. Trata-se da obra de uma religiosa estremocense, D. Maria de Mesquita Pimentel, religiosa no mosteiro de S. Bento de Cástris. Era filha de João Pimentel da Silva, e por alguns autores foi referida como tendo sido religiosa em Celas<sup>28</sup>, e entrou para o mosteiro com uma irmã, Escolástica da Silva e Lemos.

Viu a primeira parte da sua obra impressa em 1638, na oficina de Jorge Rodrigues, intitulada *Memorial da Infancia de Christo*, e *Triumpho do divino Amor*. Restaram manuscritas duas partes, de que se conserva exemplar no

<sup>26</sup> Manuel Joaquim Moreira da Rocha, «Rainha Santa Mafalda: um modelo de perfeição. A construção da memória pelas monjas de Arouca no século XVII», *Actas do Colóquio Internacional Cister, Espaços, Territórios, Poder*, Alcobaça, 1998, Vol. I, pp. 239-250.

<sup>27</sup> Isabel Morujão, *Contributo para uma bibliografia cronológica da literatura monástica feminina portuguesa dos séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, 1995.

<sup>28</sup> Jorge Cardoso, *Agiolégio Lusitano*, Tomo III, p. 442.

Arquivo da Manizola: a segunda, que consta da vida e milagres de Cristo, e a terceira, da Paixão de Cristo<sup>29</sup>.

A obra impressa, em verso de oitava rima, fazia parte do espólio do Cartório de Alcobaça, hoje integrada na colecção alcobacense da Biblioteca Nacional de Lisboa, existindo também exemplar na Biblioteca Pública de Évora e na Biblioteca Nacional de Madrid.

Maria de Mesquita Pimentel nunca desempenhou no mosteiro o cargo de abadessa. Foi duas vezes subprioressa (1637,1643), e deputada (1637,1658), precisamente em períodos conturbados na história local e nacional. No entanto, a sua obra não deixa de revelar não só uma dimensão pouco comum dentro da escrita feminina portuguesa da época, como também um interessante domínio, por exemplo de matéria e mitologia clássicas, a que não se exime de recorrer<sup>30</sup>.

Como uma das primeiras referências à obra desta monja estremocense, que morreu em 1662 (para Digo Barbosa Machado, em Novembro de 1661, com oitenta anos<sup>31</sup>), temos o Padre Manuel Fialho, segundo o qual todo o tempo que lhe sobejava dos ofícios divinos e dos exercícios de virtude o passava escrevendo a vida do Senhor:

(...) escreveo em 8ª rima tres livros de sua SS. Vida; e disem q. disseram homens doutos e virtuosos que ella o não poderia saber sem scientia intensa pela excellentia com que explica os misterios divinos e humanos do seu Espozo: elle mesmo parece que lhe ditava o que ella escrevia. Impremiose so o primeiro livro da Infancia do Menino deos: os outros dous levaram os Reverendos Padres Bernardos de Alcobaça, disendo que para os imprimirem: o certo he que elles ainda não sahiram a luz, e queira deos não estejam perdidos, mas creamos q. assim guardados por peças dignas de thezouro.(...)<sup>32</sup>.

A autorização para impressão desta obra, em 1639, passou por Alcobaça. De facto, a 17 de Agosto de 1635, o então Abade Geral, frei Arsénio da Paixão, deu autorização<sup>33</sup> para que se imprimissem os dois livros que Maria de Mesquita Pimentel tinha compostos: um, intitulado *Infancia de Christo e Triumpho do Divino Amor*; o outro, *Memorial da Paixão de Cristo*. Só se viria a imprimir a primeira parte do primeiro livro citado, em 1639<sup>34</sup>, existindo

<sup>29</sup> Diogo Barbosa Machado refere que ambas estas partes se conservavam no mosteiro de Alcobaça. Cf. Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1933, Tomo III, p. 421, col. esq.

<sup>30</sup> Como exemplo, temos no Fl. 6v. a seguinte oitava: «(...) Tres ouses Apollo esclarecido dezenlaçou as tranças do cabelo e passou o seu curso alto e sabido andando de hum em outro paralelo outras tantas deixou com o uestido de tela verde Abril tam rico e bello que com sua beleza doce rizo gerou de nouo Adonis e narçiso. (...)». (Biblioteca Pública de Évora, Cód. 406 Manizola)

<sup>31</sup> Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1933, Tomo III, p. 421, col. esq.

<sup>32</sup> Biblioteca Pública de Évora, Cód. CXXX/1-11, Fl. 29v.

<sup>33</sup> Biblioteca Pública de Évora, Livro II Fundo de S. Bento, Peça 7.

<sup>34</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, Res. 521 P.; Biblioteca Nacional de Madrid, R/ 14996, *Memorial da Infancia de Cristo e Triumpho do Divino Amo. Primeira Parte*, Dedicado à Virgem Senhora N. do Desterro. Composto por Maria de Mesquita Pimentel, Religiosa no Mosteiro de São Bento de Castris, extra muros da cidade de Euora, da ordem do glorioso Patriarcha S. Bernardo, Lisboa, Oficina de Iorge Rodrigues, 1639, 1.ª parte.

exemplares na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca Nacional de Madrid, restando as segunda e terceira partes manuscritas e inéditas<sup>35</sup>.

Num total de 39 obras inventariadas de literatura monástica feminina para o século XVI, surge a obra desta monja, que, a sul do Tejo, só encontrou parceira cerca de meio século depois, em 1688, na obra de Soror Cecília do Espírito Santo, do convento das Chagas em Vila Viçosa.

Assim, temos para o período moderno demonstrações claras de vitalidade, a nível da escrita e do canto, numa comunidade feminina de fundação medieva mas que soube, apesar do rigorismo da clausura, estar atenta aos ritmos do *mundo* que a rodeava, um *mundo* particularmente rico sob o ponto de vista cultural a que o contexto gerado pelas Descobertas não foi alheio.

---

<sup>35</sup> Biblioteca Pública de Évora, Cód. 406, Segunda e Terceira partes do *Memorial da Infancia de Cristo*, impresso (*sic*) em 8º por Soror Maria de Mesquita Pimentel, 1698, da Livraria de Alexandre Metello de Souza Menezes. Trata-se, de facto, de um manuscrito.

<sup>35</sup> Isabel Morujão, *Literatura Monástica feminina portuguesa dos séculos XVII e XVIII (impressos)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 1995.